



Interfaces Entre a Comunicação e os Estudos das Regiões sob a Perspectiva do Desenvolvimento¹

Monica Franchi Carniello²

Universidade de Taubaté

Resumo

O conceito de desenvolvimento ganhou perspectiva interdisciplinar em meados do século XX, quando deixou de ser sinônimo de crescimento econômico. Com a flexibilização dos meios de produção e a emergência de uma rede global de comunicação, as regiões ganharam visibilidade e passaram a ser compreendidas como elos de desenvolvimento. Este artigo, de natureza teórica, exploratória e de abordagem qualitativa, tem como objetivo sistematizar as interfaces entre a área de Comunicação e os estudos sobre as regiões, sob a perspectiva do desenvolvimento regional. Foram propostos enfoques de estudo que estabelecem essa interface: análise das manifestações comunicacionais em espaços urbanos e rurais e novas espacialidades; manifestações dos discursos nas mídias regionais; marketing de lugares; jornalismo histórico; recepção regional das mídias; comunicação e capital social; e governança eletrônica.

Palavras-chave

Comunicação; Região; Desenvolvimento Regional; Interdisciplinaridade.

Introdução

A ciência, caracterizada como uma atividade coletiva realizada por uma comunidade científica, possui como função primeira a compreensão da sociedade, o meio no qual ela está inserida e a produção de soluções e modelos que contemplem as demandas de seu tempo. Santaella (2001, p. 104) se refere à ciência como “coisa viva, não se referindo àquilo que já se sabe, mas àquilo que se está lutando por obter através de pesquisa em ato”.

Devido a essa amplitude, a ciência é organizada em áreas do conhecimento, que se responsabilizam por determinadas abordagens e campos de estudo. Ainda assim, as questões científicas, passíveis de serem respondidas por meio de investigação, são infinitas, o que remete à relevância não apenas da delimitação das áreas do conhecimento, mas também das temáticas e objetos de estudo.

A escolha temática da ciência está sujeita à historicidade, o que faz com que alguns temas se tornem demandas latentes em determinado período temporal, direcionando os esforços das áreas e subáreas das ciências em busca da produção do

¹ Trabalho apresentado no GP Geografias de Comunicação, X Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutora em Comunicação e Semiótica (PUC-SP), docente do Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional da Universidade de Taubaté, Taubaté, SP, Brasil. E-mail; monicafcarniello@gmail.com



conhecimento naquele foco. Inclusive, esse processo pode resultar na delimitação de novas áreas do conhecimento, o que revela o caráter dinâmico da ciência.

Um dos temas que, por sua trajetória histórica, se tornou demanda de estudos científicos contemporâneos, é o desenvolvimento, que sob as perspectivas da regionalização e da sustentabilidade exige, inevitavelmente, uma abordagem interdisciplinar.

Advindo originalmente do campo da economia, uma vez que predominava a sinonímia desenvolvimento e crescimento econômico, o conceito de desenvolvimento e seus paradigmas foram reconfigurados decorrentes do empirismo somado à abordagem acadêmica situados na segunda metade do século XX, demandando nova abordagem científica, pautada na interdisciplinaridade.

Dessa forma, o conceito e premissas do desenvolvimento passaram a ser discutidos mundialmente no período pós-guerras mundiais (século XX), momento histórico que demandava a reconstrução da Europa e que levou o Banco Mundial a elaborar recomendações e traçar estratégias de desenvolvimento, que se voltavam também para os países em desenvolvimento, pautados sempre no pressuposto de que a industrialização era o caminho para uma sociedade mais desenvolvida.

O empirismo demonstrou, principalmente nos países periféricos que apostaram no processo de industrialização, apontada como caminho certo para o crescimento econômico e, portanto, para o desenvolvimento, que uma política voltada unicamente para o crescimento econômico não garantia a resolução de outros aspectos que passaram a ser compreendidos como constituintes do processo de desenvolvimento: os sociais. A partir da década de 1970, de forma mais evidente, verifica-se então o despertar do olhar de outras ciências sociais e sociais aplicadas para a questão do desenvolvimento.

A idéia simplista de que o crescimento econômico por si só bastaria para assegurar o desenvolvimento foi rapidamente abandonada em proveito de uma caracterização mais complexa do conceito, expressa pelas adições sucessivas de epítetos: *econômico*, *social*, *cultural*, naturalmente *político*, depois *viável* [*sustainable*], enfim, último e recente acréscimo, *humano*, significando ter como objetivo o desenvolvimento dos homens e das mulheres em lugar da multiplicação das coisas. (SACHS, 1998, p.150)

Paralelamente a esse processo, outra perspectiva foi definitivamente acrescentada às discussões sobre desenvolvimento: a ambiental. Evidenciada na década de 1980, essa abordagem ganha força ao tornarem-se explícitas as degradações ambientais resultantes do processo de industrialização, o que passa a demandar a



atuação de pesquisadores das ciências ambientais para tratar a temática do desenvolvimento. Formata-se o conceito de sustentabilidade, que perdura e é foco das discussões contemporâneas e que tem como pressuposto a visão de desenvolvimento de longo prazo, uma vez que se preocupa também com as gerações futuras.

Mais um aspecto relevante sobre a temática do desenvolvimento é a visibilidade adquirida pelas regiões, em suas diversas escalas territoriais e geográficas, visto que elas e suas características endógenas passam a ser compreendidas como potências alavancadoras de processos de desenvolvimento. As políticas de desenvolvimento, conceitualmente, deixaram de operar para as regiões para operar a partir das regiões. Esse processo foi decorrente de diversos fatores, dentre os quais o fato de a produção centralizada ter sido substituída por um reescalonamento espacial das forças produtivas em escala global; da descentralização do poder do Estado em países democráticos, tal qual ocorrido na Constituição Brasileira de 1988, que atribui grande autonomia aos municípios; das experiências bem sucedidas, ainda que heterogêneas entre si, de algumas regiões; da consolidação de uma rede de comunicação global de mão-dupla que permite a existência de fluxos de comunicação de forma independente do conteúdo produzido pela grande indústria da mídia. Verifica-se, no último aspecto abordado, uma interface entre a Comunicação e os estudos regionais. As regiões passam a ser vistas como agentes do desenvolvimento, e para compreendê-las, faz-se necessário o olhar de distintas áreas do conhecimento, dentre as quais a comunicação.

Esse artigo tem como objetivo sistematizar as interfaces entre a área de Comunicação, uma Ciência Social Aplicada, e os estudos sobre as regiões, sob a perspectiva do desenvolvimento regional, de forma a sugerir abordagens que possam resultar em delimitações de pesquisa a serem contemplados pela comunidade científica da área e, a partir da sistematização proposta, categorizar as teses produzidas no Brasil de 2000 a 2009 que contemplam as possíveis interfaces entre comunicação e desenvolvimento regional.

Para ilustrar uma das interfaces possíveis, apresenta-se a afirmação de Kunsch (2007, p.134)

constata-se uma carência de estudos mais sistematizados sobre comunicação e meio ambiente. [...] Há, portanto, muito a ser discutido e elaborado dentro das universidades para que a comunicação possa efetivamente exercer o seu papel de agente de mudança em prol da comunicação na questão ecológica.



Metodologicamente, a pesquisa caracteriza-se como exploratória quanto aos objetivos, de natureza teórica, com coleta de dados bibliográfica e de abordagem qualitativa.

A formação do conceito de desenvolvimento

Ao conceituar algo, delimita-se a compreensão do conceito, sua extensão, de forma a designar categorias, relações ou eventos. A abstração é inerente ao conceito, que está sujeito à historicidade e, portanto, se modifica a partir da dinâmica da sociedade. O conceito de desenvolvimento revela nitidamente esse processo, visto que sofreu alterações significativas em um período histórico recente, reconfigurando seus paradigmas e pressupostos.

Souza (2006) afirma que “desenvolvimento é mudança, decerto: uma mudança para melhor”. Analisando o conceito, é possível associar desenvolvimento com uma situação processual e verifica-se a necessidade de estabelecer um referencial ou escala de qualidade, uma vez que pretende-se mudança para “melhor”, o que implica mensuração do processo.

Tais mecanismos de mensuração, os indicadores de desenvolvimento, foram sendo construídos a partir da segunda metade do século XX e incorporaram gradativamente os avanços conceituais do desenvolvimento, que podem ser sistematizados em três enfoques principais.

O primeiro enfoque estabelecia relação direta entre desenvolvimento e crescimento econômico. A industrialização era vista como o caminho rumo ao desenvolvimento. Nessa fase, o Produto Interno Bruto (PIB) e a renda per capita eram os indicadores referenciais para a mensuração do desenvolvimento, e os planos de desenvolvimento mundiais fomentavam a industrialização e o investimento em países economicamente periféricos, por meio da concessão de financiamentos à infra-estrutura e à industrialização para minimizar a importação.

Cada modo de desenvolvimento tem, também, um princípio de desempenho estruturalmente determinado que serve de base para a organização dos processos tecnológicos: o industrialismo é voltado para o crescimento da economia, isto é, para a maximização da produção (CASTELLS, 1999, p.35).

Verifica-se a predominância de um pensamento evolutivo linear, que estava diretamente associado ao fenômeno da modernização.



Nesta hipótese, parte-se de um modelo de sociedade rudimentar culminando no modelo da civilização ocidental industrializada de consumo, considerada única e universal. As diferenças culturais existentes entre os países não seriam devido às variadas formas de se apropriar e interagir com o ambiente, mas sim uma consequência dos retardamentos em relação à modernização, entendida como sinônimo de evolução (LAYRARGUES, 1997).

As experiências globais, em especial os efeitos da industrialização em países periféricos, rompeu com esse pensamento evolutivo linear, uma vez que os reflexos sociais do processo de industrialização tornaram-se evidentes. A desigualdade de renda não foi solucionada, muito pelo contrário em alguns países até acentuou-se, e não necessariamente os países que receberam as indústrias ampliaram sua capacidade de geração de tecnologia. “Um ‘desenvolvimento’ que traga efeitos colaterais sérios não é legítimo e, portanto, não merece ser chamado como tal” (SOUZA, 2006).

Um novo enfoque do desenvolvimento é delineado a partir da década de 1970, que passa a incorporar em seu conceito, além da perspectiva econômica, aspectos sociais. Em âmbito acadêmico, Bourdieu (1980) conceitua o capital social - compreendido como o agregado dos recursos efetivos ou potenciais ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de conhecimento ou reconhecimento mútuo - e contribui para a inserção dos aspectos sociais em um cenário anteriormente compreendido exclusivamente pela óptica capitalista. As relações sociais, que na abordagem inicial era vista como um obstáculo para o desenvolvimento, passa a ser compreendida como uma das variáveis fundamentais para as iniciativas regionais. A consolidação da mudança paradigmática se deu em 1990, com a criação do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH pelo economista paquistanês Mahbub ul Haq que considera três variáveis básicas: renda *per capita*, longevidade e alfabetização combinada com a taxa de escolaridade. Segundo Guimarães e Januzzi (2002, p. 75) “o IDH é um índice que busca mensurar o nível de desenvolvimento de um país da perspectiva mais ampla do que a simples relação entre o produto interno bruto e a população. Para tanto, incorpora as dimensões longevidade e educação, combinadas mediante um procedimento aritmético simples”. Ainda que limitado e passível de crítica, o índice tem o mérito de incluir a questão social na mensuração do desenvolvimento.



Sen (2000, p.53) relaciona desenvolvimento diretamente com “a melhoria da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos”. Afirma que “a expansão da liberdade humana é tanto o principal fim como o principal meio do desenvolvimento” (SEN, 2000, p. 71). Sen (2000) argumenta que a liberdade social e política constituem a ferramenta capaz de manter e expandir o desenvolvimento como um ciclo virtuoso e sustentável de conquistas que progressivamente eliminam a desigualdade e os fatores ligados a sua reprodução. O autor define cinco tipos de liberdades instrumentais para a realização do desenvolvimento com justiça social: liberdades políticas, liberdades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora.

Sen (2000) defende que o debate e a discussão são ferramentas para a indução do desenvolvimento com justiça social. A compreensão e a definição das necessidades básicas têm como correspondente o diálogo, que em última instância é propiciado na elaboração e aplicação de mecanismos de comunicação mais acessíveis à população. Para ele, o acesso à informação é pressuposto do desenvolvimento social sustentável, o que coloca em destaque o papel da comunicação nesse processo.

Uma terceira abordagem é simultaneamente incorporada ao escopo do desenvolvimento, em paralelo à perspectiva social: a questão ambiental, evidenciada pelas consequências decorrentes do processo acelerado de industrialização.

“[...] é reducionismo atrelar o problema do meio ambiente apenas ao contexto econômico. É muito mais amplo e abrangente no tocante às variáveis políticas, tecnológicas, sociais e culturais.” (KUNSCH, 2007, p.132-133).

Cunha-se o conceito de sustentabilidade. “O desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades” (NOSSO FUTURO COMUM, 1991, p.46)

O paradigma do desenvolvimento sustentável inclui, necessariamente, equilíbrio de desenvolvimento sócio-econômico, preservação e conservação do ambiente, e também controle dos recursos naturais essenciais, como água, energia e alimentos. (CORDANI, 1995, p. 14)

A própria evolução histórica do conceito de desenvolvimento deixa explícito que ele é, por essência, interdisciplinar. Pretende-se, a partir dessa breve exposição da formação do conceito de desenvolvimento, sistematizar como a comunicação pode



estabelecer interfaces com os estudos de desenvolvimento das regiões por meio a proposição de eixos temáticos.

Campos de estudo da Comunicação

É no século XX que a Comunicação consolida-se como ciência independente, apropriando-se dos meios de comunicação de massa como principal objeto de estudo. A perspectiva acadêmica passa a coexistir com o empirismo, no Brasil, a partir da abertura dos primeiros cursos universitários, cujo marco histórico é a abertura do curso de jornalismo pela Fundação Casper Líbero, em São Paulo, abrindo um espaço acadêmico para a produção científica brasileira em comunicação, visto que, até então, a comunicação era abordada por outras áreas afins, de forma tangencial para atingir seus fins específicos.

As discussões sobre o campo da comunicação intensificaram-se na década de 90, estimuladas, nacional e internacionalmente, pela ampliação do espaço institucional da pesquisa em comunicação nas universidades, centros de pesquisa e empresas, resultante do reconhecimento do papel cada vez mais importante da mídia e da comunicação na sociedade (FADUL, 2003,p.265).

Aos poucos a Comunicação demarca seu território no campo científico, sem abandonar a perspectiva interdisciplinar. A criação da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares em Comunicação, em 1977, institucionaliza a comunidade científica brasileira, que delimita seus campos de estudo.

A comunicação é interdisciplinar por natureza, tanto do ponto de vista teórico, como metodológico e prático. [...] Até porque, tanto os estudiosos, como o profissional de qualquer área de Comunicação, lidam com objetos multifacetados. A pluralidade e a dispersão são características inerentes a esse campo” (BARROS, 2003, p.298).

Segundo Santaella (2001) são territórios da comunicação: os estudos das mensagens e dos códigos; dos meios e modos de produção das mensagens; do contexto comunicacional das mensagens; do emissor ou fonte da comunicação; do destino o recepção das mensagens. Verifica-se que o foco para os processos de comunicação que, por sua vez, permeiam toda e qualquer atividade humana, visto que a capacidade de comunicação é o agente viabilizador da vida em sociedade, o que imprime, novamente, o caráter interdisciplinar a esta área do conhecimento. A Intercom, ao organizar as



Divisões Temáticas - DTs (que anteriormente eram chamados de Grupos Temáticos), contempla muitas das possibilidades interdisciplinares da Comunicação, entre elas, inclusive, os DTs Geografias da Comunicação e Comunicação e Desenvolvimento Regional e Local, que se delinearão em função da dinâmica contemporânea.

Os GTs foram criados com a finalidade de reunir pesquisadores em torno de um mesmo objeto de estudo do campo de comunicação e que, por meio de diferentes aspectos e abordagens teórico-metodológicos, se propõem fazer avançar o trabalho interdisciplinar do campo do Brasil. (LOPES, 2007, p.164)

Verifica-se, nas últimas décadas, a consolidação das pesquisas em comunicação no Brasil.

No momento atual, com a importância e complexidade crescente dos fenômenos comunicacionais em nível global, nacional e regional, resultante de uma série de fatores, como os processos de concentração desregulamentação, internacionalização e convergência midiática, assiste-se, em todo o mundo, tanto desenvolvido como em fase de desenvolvimento, ao crescimento e desenvolvimento da pesquisa em comunicação (FADUL, 2003, p.264).

Pretende-se, com essa discussão, contribuir para desmembrar as possíveis interfaces entre comunicação e estudos regionais sob a perspectiva do desenvolvimento, visto que é um dos temas contemporâneos que anseiam por soluções e direcionamentos e oriundos do campo científico.

Resultados e discussão

Castells (1999, p.31) ao afirmar que “a revolução da tecnologia da informação foi essencial para a implementação de um importante processo de reestruturação do sistema capitalista a partir da década de 80”, nos confirma o quanto a comunicação está presente no contexto contemporâneo. Em uma perspectiva exploratória, buscou-se sistematizar as possíveis interfaces entre os estudos da Comunicação, região e desenvolvimento, com o intuito de fomentar pesquisas futuras.

Seguem, sistematicamente, algumas abordagens possíveis por meio das quais a comunicação pode contribuir com a temática do desenvolvimento, seja como objeto principal de estudo, seja pela transposição de métodos próprios da pesquisa em comunicação para as disciplinas com as quais dialoga.



a) Análise das manifestações comunicacionais em espaços urbanos e rurais e novas espacialidades

Espaço é o elemento comum que viabiliza a interdisciplinaridade nesta abordagem.

Temos o local como um espaço que encontramos a cooperação e o conflito, se constituindo em um terreno onde as identidades e vínculos se reconstruem, onde temos as reconfigurações socioproductivas e gestação de novas esferas públicas, logo se configurando num campo que se faz necessário ter respostas (ASCELRAD, 2002).

A relação rural-urbano tem sido objeto de atenção quando se fala em desenvolvimento regional, visto que o processo de urbanização é uma característica marcante do século XX. No Brasil, a população urbana superou a rural na década de 1970, no entanto, a hibridez cultural entre o rural e o urbano tornaram líquidas as fronteiras entre as duas dimensões, rompendo com a oposição simplista entre elas e permitindo a identificação de novas espacialidades, as quais são permeadas por fluxos de comunicação específicos e pelos meios de comunicação. É nesse espaço fluido que se externaliza a diversidade cultural, o que se dá por meio de processos comunicativos. Analisar as manifestações comunicacionais dos grupos sócio-culturais que coexistem em um determinado espaço é uma das possibilidades de vincular Comunicação e Desenvolvimento regional, visto que, conforme o conceito contemporâneo de desenvolvimento, os aspectos sociais são um de seus constituintes.

Há uma possibilidade de relação entre comunicação e desenvolvimento nessa vertente na medida em que a cidade é um espaço de trocas simbólicas viabilizadas pelos diversos fluxos de comunicação. A relação entre os processos de comunicação e a constituição sócio-espacial de uma localidade é bilateral. Segundo Bulot (2007, p.21) “a avaliação social dos discursos urbanos participa da produção das formações sócio-espaciais da cidade, e que estas, em retorno, contribuem para produzir as categorias descritivas da urbanidade lingüística” [tradução do autor].

Segundo Moustafa (2009, p.81-82) há duas correntes delineadas que tratam do papel instrumental do ambiente construído. A primeira abordagem enfatiza a capacidade das características físicas do ambiente proporcionarem oportunidades para o comportamento humano, uma “oportunidade funcional”.

A segunda abordagem compreende o ambiente como capaz de comunicar sentidos, sendo que é o sentido que faz a ligação das pessoas com o ambiente



construído. As duas correntes não são excludentes e evidenciam o papel simbólico do ambiente construído, simbologia esta que é mediada pela comunicação.

O papel simbólico do ambiente construído refere-se à capacidade das características físicas do ambiente de afetar as percepções sobre o ambiente social e sobre as características sociais e culturais dos indivíduos e grupos que o compõem. Ele opera por meio da capacidade dos aspectos físicos do ambiente expressarem e comunicarem sentidos (RAPOPORT apud MOUSTAFA, 2009, p.83) [tradução do autor].

Compreender, por meio das manifestações comunicacionais, as características dos grupos sociais e suas interações com os espaços, permite gerar informações relevantes, se não fundamentais, para duas finalidades distintas: avaliar resultados de projetos públicos ou privados voltados para o desenvolvimento; e identificar as demandas dos grupos sociais para tomar decisões e elaborar projetos voltados ao desenvolvimento.

b) Manifestações dos discursos nas mídias regionais

“O diálogo é o instrumento de compreensão entre uma consciência e outra, entre uma cultura e outra” (LLOPART, 2007, p.160) [tradução nossa]. Esta afirmação revela a importância da análise das manifestações midiáticas em escala regional. Apesar de o pressuposto desta vertente de relação entre comunicação e desenvolvimento ser a mesma da apresentada anteriormente – a de que os grupos sociais se manifestam por meio de seus discursos – optou-se por sistematizá-las separadamente uma vez que aqui o olhar volta-se para a análise dos discursos que se manifestam nas mídias impressas, eletrônicas e digitais. Esse fato lhe confere distinção em relação à vertente anterior pelo o fato de que ocorre uma intermediação mais complexa dos processos comunicativos, pois os discursos passam pela interpretação dos gestores das mídias e pela adequação da linguagem a cada veículo.

Ouvir os discursos nas mídias implica compreender as vozes da sociedade e suas intermediações por meio dos veículos de comunicação, especialmente em uma sociedade que cada vez mais se caracteriza por fluxos de comunicação mais numerosos e mais complexos, devido ao multiplicar de meios decorrente do desenvolvimento tecnológico.

A própria exposição midiática das problemáticas globais em relação ao meio ambiente, apenas para destacar um dos aspectos, revela o envolvimento da comunicação na disseminação dos conceitos acerca do desenvolvimento sustentável. Assim, a opinião



pública, cujo fator de influência inegável é a mídia, é uma das variáveis que compõe o fluxo de difusão do conceito de desenvolvimento.

[...] acredita-se que há, hoje, por parte das pessoas em geral, uma maior sensibilidade para o problema. Isso se dá, em parte, graças à penetração e ao poder da mídia, que, apesar de seu pouco engajamento com a causa ambiental, populariza o assunto quando necessário, como foi a cobertura da Rio 92, e pelo processo de globalização em curso, que exige mudanças comportamentais profundas em todas as esferas públicas e privadas (KUNSCH, 2007, p.130).

Verifica-se na atualidade a profusão de mensagens sobre desenvolvimento sustentável, o que atribui à mídia a responsabilidade de difundir uma nova consciência ambiental. Independente da conotação das mensagens, que vão desde a informativa à oportunista, o fato é que não há outra forma mais eficaz de mudar hábitos, direcionar atitudes e construir valores que colaborem para a adesão da sociedade ao paradigma da sustentabilidade. “A comunicação social é atributo básico na consciência social sobre questões ambientais” (KUNSCH, 2007,p.138).

Somente com a comunicação as idéias sobre desenvolvimento sustentável poderão ser difundidas e os comportamentos coletivos modificados.

Assim, seja por meio dos estudos da construção de mensagens para formação da opinião pública e profusão de valores, delinea-se outra interface entre comunicação e desenvolvimento.

c) Marketing de lugares

As cidades são espaços de trocas simbólicas, nos quais os processos de comunicação exercem importante papel na construção do espaço. “A cidade é um espaço de troca intercultural, um espaço de trocas simbólicas entre as diferentes culturas que a compõem [tradução nossa]. (GHORRA-GOBIN, 2008). Nesses espaços de representação perpassam as mídias, que exercem importante papel na construção da imagem de um lugar.

Definimos imagem de um lugar como um conjunto de atributos formado por crenças, idéias e impressões que as pessoas têm desse local. As imagens costumam representar a simplificação de inúmeras associações e fragmentos de informações e são o produto da mente tentando processar e enquadrar enormes quantidades de dados relacionados a um lugar [...] A imagem de um lugar pode mudar rapidamente quando os meios de comunicação e a propaganda boca a boca disseminam notícias a seu respeito (KOTLER et al, 2005,p.182-185).



A imagem de um lugar determina seu posicionamento perante o mundo, sua atratividade de investimentos e pessoas, seu potencial turístico, variáveis que compõem a questão do desenvolvimento. Nessa vertente, há uma relação com aspectos sociais, mas também com aspectos econômicos que compõem o conceito de desenvolvimento, uma vez que o turismo é visto hoje como uma das alternativas. Há dois aspectos a serem abordados: a criação de estratégias para construção de discurso que resultem em uma imagem planejada de uma localidade ou região; e a avaliação da imagem de uma região ou local, de forma a obter um diagnóstico da situação em determinado período de tempo.

d) Jornalismo histórico

Fazendo uso de gêneros textuais que pertencem ao jornalismo, como a biografia e o livro-reportagem, torna-se possível direcionar os objetos de estudo para personagens e organizações que desempenharam papel importante no processo de desenvolvimento de um região ou localidade, para assim preservar a memória e com isso conseguir traçar trajetórias, identificar e sistematizar modelos de desenvolvimento, a partir de dados históricos.

e) Recepção regional das mídias

A formação da opinião pública passa inevitavelmente pela questão das mídias, que exercem forte papel em sua formação. Essa vertente de estudo permite avaliar os valores difundidos na sociedade sob a perspectiva da recepção de distintos grupos de âmbito regional, uma vez que transpõe a perspectiva de uma “mídia ativa” para uma “audiência ativa” (WHITE, 1998). O enfoque permite analogia com os Estudos Culturais originados no centro de Birmingham, Inglaterra, na década de 1970, uma vez que considera as especificidades dos grupos estudados.

f) Comunicação e capital social

Cabe, nessa vertente, identificar o papel da Comunicação como uma das variáveis de influência no acúmulo do capital social por grupos ou indivíduos. Parte-se da premissa de que o capital social tem sido uma das hipóteses utilizadas para explicar o desenvolvimento desigual entre as regiões. A participação de indivíduos em redes, independente do espaço no qual estas se formam, viabiliza o acúmulo do capital social, o que fomenta o desenvolvimento.

O capital social pode ser compreendido como a capacidade que os indivíduos possuem de estabelecer vínculos e, com isso, produzir suas redes de relacionamento, que por sua vez o beneficiam. Coleman (1990) aborda o conceito sob a perspectiva



individual, relacionando capital social com a capacidade de relação do indivíduo e sua participação em redes de contatos sociais que, pautada na reciprocidade e confiabilidade, melhoram o desempenho individual. Dessa forma, o indivíduo, ao acumular capital social, atinge a objetivos que individualmente não seriam possíveis de serem alcançados. Além do benefício no plano individual, o capital social, sob uma perspectiva coletiva, atua como regulador social, pois é uma variável que ajuda na manutenção da coesão social, uma vez que a cooperação é premissa das interações sociais. Putman (1984) destaca o grau de confiança existente entre os indivíduos, estes compreendidos como atores sociais. Além disso, destaca outras variáveis como constituintes do capital social, dentre as quais o grau de associativismo e o cumprimento do dever cívico.

Verifica-se, a partir das perspectivas apresentadas acima, que o capital social é fundamentado nas relações entre atores sociais e na maneira como elas se configuram. Confiabilidade, cooperação, compreensão do papel cívico e acesso à informação (verifica-se aí a relação com a Comunicação) são alguns dos aspectos que caracterizam o grau de capital social acumulado por um indivíduo ou grupo.

g) Governança eletrônica

O uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) têm reconfigurado as formas de gestão de organizações públicas e privadas, pela possibilidade de oferecer instrumental para uma gestão democrática, uma vez que a estrutura comunicacional das TICs é organizada em rede e é de mão-dupla.

Sen (2000) afirma que o acesso à informação é uma das variáveis de influência para que uma localidade ou região alcance o desenvolvimento. Disponibilizar informações sobre a gestão urbana, bem como estimular a gestão participativa, facilitada pelas TICs, é uma perspectiva contemporânea que tem emergido em algumas cidades e que tem nas possibilidades e fluxos de Comunicação o elemento-chave para a governança.

não há dúvida alguma sobre uma mudança substancial – tanto em política urbana quanto em teoria urbana – dos conceitos tradicionais, baseados no princípio da autoridade estatal, para abordagens de *governança* frisando novas tendências de uma gestão compartilhada e interinstitucional que envolve o setor público, o setor produtivo, o crescente setor voluntário ou terceiro setor”. (KEYS, 2000, s/p)

Identifica-se nas experiências de governança eletrônica outro campo fértil para estudos regionais sob as perspectivas da comunicação e desenvolvimento.



Considerações Finais

A sustentação das fronteiras entre as ciências torna-se cada vez mais difícil, uma vez que os objetos demandam olhares múltiplos em busca de soluções pontuais, mas que pertençam a uma visão sistêmica do objeto em questão.

O próprio conceito de desenvolvimento contemporâneo, tal qual defendido por Sem (2000) foi construído historicamente a partir de um paradigma interdisciplinar. Este texto objetivou identificar como a Comunicação pode abordar a temática do desenvolvimento, contribuindo assim para a construção do conhecimento na área, que é uma demanda contemporânea.

Dos caminhos apontados, que não esgotam todas as possibilidades, verifica-se que a comunicação pode oferecer contribuições, direta ou indiretamente, para os três pilares que compõem o conceito de desenvolvimento: economia-sociedade-ambiente. A contribuição mais enfática se concentra nos aspectos sociais, pela própria natureza da Comunicação, uma Ciência Social Aplicada, porém é possível perceber suas influências e relações com a economia e o meio ambiente.

Espera-se que esse elo entre as diversas áreas do conhecimento se fortaleça e resultem na condução de investigações científicas que gerem descobertas que permitam compreender melhor os fenômenos e resultar em aplicações benéficas para a sociedade, afinal, estas são as maiores finalidades da ciência.

Em certo aspecto, esse objetivo confunde-se com a finalidade maior da ciência, que visa, por meio da condução de investigações, compreender processos e encontrar soluções que sejam úteis para a sociedade, e que, portanto, tendem a ser aplicadas para melhoria de sua qualidade de vida. A ciência, por si só, fomenta os processos de desenvolvimento.

Referências bibliográficas

BARROS, A.T.de. A Intercom e o campo científico da comunicação: premiação e incentivo à pesquisa. In: PERUZZO, C.M.K.; SILVA, R.B.da. **Retrato do ensino da comunicação no Brasil**. São Paulo: Intercom, Taubaté: Unitau, 2003.

BOURDIEU, P. Le capital social. Actes de la Recherche, 3. In: FRANCO, A. **Capital social: leituras de Tocqueville, Jacobs, Putnam, Fukuyama, Maturama, Castells e Levy**. Instituto de Política, 2001.

BULOT, T. Espace urbain e mise en mots de la diversité linguistique. In: BIERBACH, C; BULOT, T (orgs.) **Les codes de la ville: cultures, langues et formes d'expression urbaines**. Paris: L'Harmattan, 2007.



- KOTLER, P. et al. **Marketing de lugares**. São Paulo: Pearson, 2005.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999
- CORDANI, U.G. As ciências da terra e a mundialização das sociedades. In: **estudos avançados**. v. 9 (25), 1995. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v9n25/v9n25a03.pdf>>. Acesso em 01 out 2008.
- FADUL, A. Pesquisa e ensino nos 25 anos da Intercom. In: PERUZZO, C.M.K.; SILVA, R.B.da. **Retrato do ensino da comunicação no Brasil**. São Paulo: Intercom, Taubaté:Unitau, 2003.
- GUIMARÃES, J. R.S.; JANUZZI, P de M. IDH, indicadores sintéticos e suas aplicações em políticas públicas. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais. Disponível em: <http://www.anipes.org.br/cursos/pdf/fontes_indicadores/ind_idh_pot_limites.pdf> Acesso em: 15 jun 2009.
- KEYS. F. Governança Eletrônica: experiências de cidades européias e algumas lições para países em desenvolvimento. **I Conferência Eletrônica do Centro Virtual de Estudos Políticos** (CEVEP) Nov. 2000. Disponível em: <http://www.ip.pbh.gov.br/ANO3_N1_PDF/ip0301frey.pdf> Acesso em: 15 jun. 2010.
- KUNSCH, M.M.K. A comunicação para o desenvolvimento sustentável na sociedade globalizada. In: BARBOSA, M. (org.) **Vanguarda do pensamento comunicacional brasileiro: as contribuições da Intercom (1977-2007)**. São Paulo: Intercom, 2007.
- LAYRARGUES. P.P. Do ecodesenvolvimento ao desenvolvimento sustentável:
Evolução de um conceito? In: **Proposta**, v.25(71), p. 5-10.1997. Disponível em: <http://material.nerea-investiga.org/publicacoes/user_35/FICH_PT_32.pdf>. Acesso em: 29 set 2008. In. BARBOSA, M. **Vanguarda do pensamento comunicacional brasileiro: as contribuições da Intercom (1977-2007)**. São Paulo: Intercom, 2007.
- LLOPART, B.S. Um espace hybride de communication entre habitants, architecte etantropologue. In : VILLANOVA, R. (org.) **Conjuguer la ville**. Paris: L'Harmattan, 2007.
- LOPES, M.I.V. Intercom e as ciências da comunicação no Brasil.
- MOUSTAFA, Y. M. Design and neighborhood sense of community: na integrative and cross culturally valid theoretical framework. **Archnet – International Journal of Architectural Research**. V.3, Issue 1, march 2009, p. 71-91.
- NOSSO FUTURO COMUM. Comissão mundial sobre meio ambiente e desenvolvimento. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV, 1991.
- SACHS, I. O desenvolvimento enquanto apropriação dos direitos humanos. **Estudos Avançados**. v 12 (33), 1998. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v12n33/v12n33a11.pdf>> Acesso em: 15 jun. 2010.
- SANTAELLA, L. **Comunicação e pesquisa**. São Paulo, Hacker, 2001.
- SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SOUZA, M.L. **Mudar a cidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- WHITE, R. Recepção: a abordagem dos Estudos Culturais. **Comunicação & Educação**. vol. 4, n. 12, 1998. Disponível em: <<http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/comeduc/issue/view/286>> Acesso em: 20 jun. 2010.